ESTABELECEMOS UMA ESTRATÉGIA DE RUPTURA COM A DOMINAÇÃO CAPITALISTA E IMPERIALISTA

N. 17 / 5 / 76 p. 2 incomplete

— PRESIDENTE SAMORA MACHEL EM ENTREVISTA A AGÊNCIAS NOTICIOSAS SOVIÉTICAS

O Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, concedeu uma entrevista a agências de informação soviéticas, antes de iniciar a sua visita à URSS. Os correspondentes da «Tass» e «Novosti» perguntaram ao dirigente máximo da Nação quais as perspectivas a médio e longo prazo do plano do desenvolvimento económico de Moçambique; os princípios ideológicos que norteariam um plano de desenvolvimento de economia popular, se este estiver previsto para publicação no futuro; sobre as perspectivas do futuro da FRELIMO — se conservaria o seu carácter de frente popular ou vai ser transformada em Partido e como se vai preparar o III Congresso da FRELIMO; e, ainda, pediram pormenores sobre a formação de assembleias populares; relações entre as organizações do Partido e do Estado; definição das relações futuras entre a RPM e a URSS, numa nova fase qualitativa, e, finalmente, como o Presidente encarava a primeira visita que efectua na qualidade de Chefe de Estado à União Soviética.

Começando por responder à pr meira questão levantada — plano para o desenvolvimento económico — o Presidente Samora Machel disse:

Para responder a essa pergunta importante, convém primeiramente caracterizar a situação sócio-económica do nosso país.

Há muitas exigências de muitos, para poderem classificar Moçambique. E nós temos uma preocupação essencial de, primeiro, indicar que Moçambique é um país colonizado. É um país que fez a luta de libertação contra o colonialismo. Essa característica de colonizado não está sendo internacionalmente bem assumida porque outros movimentos de libertação, noutros países, quando fizeram a luta, essa luta transformou-se em luta de libertação muitas das vezes contra as forças estrangeiras mas basicamente, era apenas uma luta de resistência ou luta patriótica contra o feudalismo.

Mas no nosso caso não é. Temos de caracterizar Moçambique como um país colonizado. Moçambique como um país integrado na esfera de exploração imperialista, que, nomeadamente, foi subordinado a «dois» colonialismos. Em primeiro lugar o colonialismo português. O colonialismo português aparece em Moçambique como o colonialismo administrante. O segundo colonialismo é um colonialismo económico exercido pela África do Sul e pela Rodésia. Por isso nós encontramos uma especificidade de dois colonialismos associados no nosso país: administrativo e económico.

DESORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA DESDE O COLONIALISMO

Isto para explicar essencialmente a tarefa da economia de Moçambique, nessa altura do colonialismo: primeiro, fornecedora de mão-de-obra à África do Sul e à Rodésia. Moçambique era colonizado mas ao mesmo tempo fornecedor de mão-de-obra para essas duas potências, e não para Portugal. Seria mais correcto que Moçambique fosse fornecedor de mão-de-obra para Portugal, que era o colonizador. Mas não, era fornecedor para a África do Sul e para a Rodésia.

Em segundo lugar servir de via de comunicação para a África Austral e não para Portugal.

Em terceiro lugar, fornecedor de matérias-primas à economia portuguesa. Aí já encontramos um outro aspecto que pode merecer um debate entre todos nós.

Em quarto lugar, absorver os produtos da economia portuguesa; nós fornecemos as matérias-primas a Portugal, depois Portugal vai manufacturar esses produtos (transformação dessas matérias-primas) e voltam para nós.

É por isso que encontramos Moçambique como um país subdesenvolvido, com mais de 90 por cento de analfabetos, que já não é tão negativo como quando iniciámos a luta de libertação nacional, que tínhamos 98,5 por cento de analfabetos em Moçambique. Hoje já temos 90 por cento. Quer dizer, há um pequeno esforço, que não o dos colonialistas um pequeno esforço feito pelo povo moçambicano e pela luta de libertação nacional. Outro aspecto é o da inexistência de um plano nacional a inexistência de uma base industrial verdadeira que é, diríamos, a dinamizadora das consciências.

Há consciência em toda a parte. Aparece a classe operária organizada precisamente por causa da indústra. A indústria é o produtor das consciências avançadas, e, em Moçambique, não encontramos isso.

Há inexistência de um plano agrícola de exploração do país. Há inexistência de uma inventariação dos recursos naturais. Isso aparece como tarefas essenciais da República Popular de Moçambique. Fazer o cálculo, o balanço do que temos e como fazer com que isso seja para nós. E, veremos que Moçambique é um país arruinado pela pilhagem colonial, e destruído pela guerra.

E para isso, acusam as estatísticas em toda a parte e eles não quiseram reconhecê-lo durante a luta, encontramos dois milhões de pessoas nas zonas libertadas. Essas pessoas estavam submetidas a bombardeamentos e a agressões constantes.

Encontramos um milhão e meio de pessoas concentradas nos aldeamentos, nas «aldeias de protecção». Na realidade, são aldeias de brutalização. Brutalizar as consciências. Animalizá-las.

Mais de meio milhão de moçambicanos exilados. Exilados porquê? Várias razões: uma das quais razões económicas; a outra, perseguição política.

Sabem que no nosso país nunca existiu organização? Assim herdamos um país de miséria, um país de fome de nudez e de ruínas. Estabelecemos, conforme a vossa pergunta, uma estratégia de ruptura. Ruptura significa divórcio; divórcio significa demarcação completa de sistemas. Essa demarcação foi estabelecida durante a luta de libertação nacional. O que temos a fazer agora, é cavar cada vez mais, aumentar o precipício, aumentarmos a cova. Ruptura com a dominação imperialista ruptura com a dominação capitalista. Significa, para nós, isso.

PRIMEIRAS MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA

Muitos perguntam porque nacionalizámos a terra. A terra é recuperada. Nós não nacionalizámos a terra, não se nacionaliza a terra. Simplesmente, a nossa Constituição estabeleceu: recuperar a terra, e dar a terra a quem a trabalha. Mas aqui há boatos de que nós nacionalizamos a terra. Nós não nacionalizámos a terra. Queremos isso bem claro.

Esta ruptura primeiro, é a recuperação da terra.

Em segundo lugar, controlo do Banco Central e principais instituições de crédito, que passam a pertencer ao Estado, controlo dos meios de comunicação ou sejam, caminhos de ferro, que existiam como serviços autónomos — nós não compreendemos isso de serviços autónomos tal só pode ser dentro da perspectiva capitalista e imperialista —. Transportes aéreos, portos, passaram a pertencer ao Estado. Para que fazemos isso, quando falamos em ruptura. Para bloquear a sabotagem económica. Por isso, embora não tenhamos estabelecido a estratégia de como recuperarmos algumas empresas, as circunstâncias, muitas vezes o próprio capitalismo, criam condições para nós tomarmos medidas. (Assim como muitas das vezes é o capitalismo que cria e desenvolve o proletariado, sabendo que é o seu antagonista. Numa fase seguinte será o proletariado que vai derrubar o capitalismo. É problema das contradições. É o fenómeno das contradições). E por isso que, em certas empresas, já colocámos comissões administrativas.

Ainda dentro desse quadro, para estabelecer a ruptura, foi preciso nacionalizar a educação. Como sabem, a 24 de Julho tomámos a educação privada. Porque é que nós tomámos a educação privada? Porque nós pensamos que é na

educação que está a essência da formação do homem novo. Não se pode formar o homem novo sem, em primeiro lugar, estabelecer uma linha correcta da educação. É através da educação que encontramos a nossa personalidade, é na educação onde está a essência da nossa política. Por isso nacionalizámos a educação, para podermos democratizar o ensino, e garantirmos o direito à educação para a nossa população. Como disse no princípio temos 90 por cento de analfabetos, e pensamos que a partir da escola que nós vamos intensificar a nossa política de formação de quadros, quadros conscientes, quadros para servir as largas massas, quadros para servir os interesses populares, não para servir os interesses capitalistas.

É por isso que nós damos muita importância à questão da educação. E é através da educação, também, que nos formaremos os nossos técnicos, além dos quadros políticos conscientes. A questão essencial para nós é preservarmos a nossa personalidade nacional e consolidarmos a unidade nacional. É através da educação, é através do ensino. Isso significa para nós ruptura com o sistema capitalista, ruptura com os esquemas mentais do capitalismo, esquemas do imperialismo.

É por isso que também nacionalizámos os serviços de saúde.

Os serviços de saúde eram um centro de especulação. Fazer da miséria, fazer da doença, mina. Mina de ouro, mina de diamantes, mina de cobre. Isso é normal num sistema capitalista é justo e é protegido num sistema capitalista. Nós, para estabelecermos o divórcio, nacionalizámos os serviços de saúde para que sejam postos ao serviço do povo. Uma vez postos ao serviço do povo, então garantiremos aí o direito à saúde e empreenderemos a acção que porá a saúde completamente, embora não tenhamos chegado a tal, o nosso objectivo, a nossa perspectiva é que todos sejam garantidos, o serviço de saúde seja gratuito. Ainda não o atingimos. São precisas fases. Mas a nossa perspectiva é essa. Não é fazer do serviço de saúde, serviço de especulação, serviço para exploração.

Finalmente, tocámos o âmago do imperialismo, quando nós nacionalizámos os prédios de rendimento. Nacionalizámos os prédios de rendimento para quê? — Para eliminar a especulação sobre o alojamento. Para dar a face verdadeira moçambicana as nossas cidades, fazer das cidades, nossas, não cidades estrangeiras em Moçambique, cidades como centro de discriminação, cidades como centro de humilhação, cidades como centro de boato e de desorganização. É por isso que nós tomámos as cidades, para que sejam nossas, para servirem a nós, para que tenham a nossa face e eliminar a discriminação. A cidade é o centro do veneno, é o centro da alienação. Por isso tivemos de tomar as cidades, para que as cidades sejam do povo, e para que o povo viva na cidade. E isso vai facilitar a organização da vida do nosso povo, vai facilitar a organização da vida económica do nosso país.

O ponto mais importante para nós é a organização das populações, para que as zonas que nós chamamos hoje suburbanas sejam urbanas. Para isso temos de promover os bairros comunais, não somente ao nível da cidade de cimento, mas também lá nos suburbios. Os vizinhos não se conhecem. É uma característica das cidades capitalistas: quanto mais alto se for menos se conhece o vizinho, porque o vizinho é pequeno. Não conheço quem vive perto de mim. E quando este é de camada inferior quando é pobre, sente-se bem — embora viva mal — porque vive perto dum «senhor». Pelo facto de viver perto dum senhor já não vive pobremente. Passa a ser o ponto de referência: vive perto do senhor fulano. Quer dizer, é o centro da desorganização, é o centro do desprezo.

Nacionalização dos prédios de rendimento — primeiro para pormos fim à especulação sobre o alojamento; segundo, para darmos face verdadeira a estas cidades: face moçambicana, face real, quer dizer acabarmos com a discriminação: acabarmos com a humilhação; acabarmos com a desorganização; para organizarmos a vida das populações urbanas, naquilo que nós chamamos bairros comunais. Para começarmos a resolver o problema do alojamento, através da autocontrução. Finalmente, para liquidarmos um dos bastiões do poder económico da burguesia. Qualquer país que queira romper com os esquemas, estabelecer o divórcio, separação completa e nítida, tem de fazer o que nós fizemos.

AGRICULTURA COMO BASE E INDÚSTRIA DINAMIZADOR DA ECONOMIA

Para o nosso desenvolvimento estabelecemos a linha estratégica de tomar a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador. Isso significa a agricultura como base, porque é um sector em que o povo possui uma experiência base. Em segundo lugar, é um sector em que a nossa experiência de organização é rica, a origem de quase todos, aqui em Moçambique, é camponesa. Portanto valorizarmos as experiências das zonas libertadas.

O investimento inicial é modesto e compatível com os recursos financeiros e técnicos limitados. Se nós não desenvolvermos a agricultura e pensarmos em coisas muito altas imediatamente, não teremos os pés na terra. Significa que levantámos os pés, e no espaço não vive ninguém. A nossa preocupação é colocarmos os pés sobre a terra, e termos a certeza de que estão solidamente colocados sobre a terra, depois desenvolveremos o resto. Por isso consideramos a agricultura como a base.

O resultado imediato soluciona problemas essenciais das massas, que é o problema da alimentação e o problema do vestuário, que vêm da agricultura. Por exemplo se nós produzirmos algodão, se nós produzirmos sisal então resolveremos imediatamente o problema do vestuário.

Em pouco tempo a agricultura produz-nos divisas necessárias ao desenvolvimento nacional. Somos produtores de açucar, somos produtores de caju, somos produtores de oleaginosas, somos produtores de sisal, somos produtores de copra, somos produtores de muitas outras coisas. Por isso, nós definimos que a agricultura é a base para o nosso desenvolvimento.

E na indústria vemos o factor dinamizador. Aqui não vou desenvolver, porque vamos à União Soviética precisamente para discutirmos essas questões. Primeiro, só ela, a indústria, permite aumentar a produtividade da nossa agricultura; química fertilizante, instrumentos e máquinas agrícolas. Só ela permite explorarmos e valorizarmos os nossos recursos naturais, como por exemplo, o carvão, ferro, cobre, água, alumínio, gás, madeira, etc. Só ela garante a independência nacional e rompe definitivamente com o subdesenvolvimento. Rompe também com a dependência.

Quando dizemos indústria, deduzimos que significa, prioritariamente, indústria pesada. Há quem diga que não devemos seguir para a indústria pesada, mas nós pensamos que é preciso desenvolvermos paralelamente a indústria, complementar da agricultura. E sem a indústria pesada, a agricultura também não se desenvolve. Quer dizer, há uma aliança entre a indústria e a agricultura. Há uma interdependência. A agricultura deve apoiar a indústria, e a indústria deve apoiar a agricultura. Nós fizemos isso durante a luta de libertação nacional. o combate criava condições para haver produção dos bens materiais e a produção, por sua vez, apoiava o combate para se desenvolver. Havia apoio mútuo entre o combate e a produção, entre a produção e o combate. Se não se fizer o combate, não há condições para a produção; e se se não produzir, o combate não se transformará em combate revolucionário, e não se transformará em combate popular. Por isso nós pensamos que agora, nesta fase, a indústria e a agricultura devem apoiar-se mutuamente.

Esse plano está em preparação, para aplicação disto que nós dissemos. Será aprovado pelo Terceiro Congresso da FRELIMO e articular-se-á em torno do que acabámos de expor.

TRANSFORMAÇÃO DA FRENTE EM PARTIDO

Não deve haver uma transplantação não deve haver uma mudança, pura e simplesmente uma mudança de rótulo quando o conteúdo é o mesmo, lá dentro. Se temos uma garrafa de leite, com um rótulo dizendo «leite», e se nós não queremos que seja leite mas sumo, mudamos o rótulo e pomos lá «sumo»; deixou de ser leite. Nós pensamos que não é assim. Não é mecanicamente, é preciso uma transformação profunda. O que é que define um Partido? Primeiro, é a profunda transformação das mentalidades, é a transformação do cérebro, é a transformação das concepções. Não é o nome que importa; era Frente e agora já é Partido!

Nós temos a FRELIMO. Depois, as tarefas que a Organização realiza.

Analisemos as tarefas, se essas tarefas são revolucionárias ou não, se a via que desenvolve essa organização, a orientar o Estado, é uma via capitalista, ou uma via socialista. Não há intermediários, só há dois sistemas no Mundo: o sistema socialista e o sistema capitalista. Não se pode falar em sistema misto, para a nossa organização não existe isso. Nós sabemos o que queremos.

Mas quando? — É preciso tempo. Por isso falamos na transformação das mentalidades, transformação das consciências, e as tarefas que realiza, objectivos que pretende atingir. Aí diremos se é Frente ou é Partido.

Queria fazer uma pequena introdução sobre essa questão porque a transformação da Frente em Partido, é uma questão pertinente. Essa questão foi tratada em 1921, por Lenine, quando queriam transformar um partido popular em Partido. O que disse Lenine? Vamos citá-lo, de 5 de Novembro de 1921: «Um partido não pode ser transformado em outro. Os revolucionários deverão fazer um grande esforço para desenvolver as actividades estatais, as actividades económicas e culturais, antes que os nómadas se transformem numa massa proletária».

Queria aproveitar esta resposta do camarada Lenine, que previu muito bem. Não é o rótulo, são as transformações, o trabalho, os objectivos, a via, o grau de transformação das consciências. Nada se pode fazer sem um trabalho prévio de transformação de consciências. Não se pode dizer «ah, já não é Frente, já é Partido». O que é que define o Partido, afinal? São as palavras ou são as tarefas?

Quais são as condições específicas do nosso País?

A Frente existe há treze anos. Primeiro, qual era a sua tarefa principal, libertar a terra, libertar os homens, expulsar os colonialistas — uma tarefa essencial.

Agora, qual é a tarefa? — Consolidação das conquistas da Revolução, consolidação da independência, consciencialização, mobilização, organização do povo, estruturar o povo. Em resumo, diríamos: reconstrução nacional. Mas não se pode fazer a reconstrução sem criar a consciência. E por isso que falámos da agricultura, da indústria pesada.

Nós dissemos, no princípio, que o capitalismo cria o proletariado, mas não quer dizer que nós queremos criar primeiro o capitalismo para desenvolver o proletariado, para isso teríamos esperado, não teríamos feito a luta de libertação nacional, teríamos esperado o capitalismo produzir o proletariado em Moçambique. Nós não esperámos. Alguns condenaram-nos, diziam que nós não podíamos fazer a Revolução sem o proletariado, sem que o capitalismo tenha criado condições. Então a Revolução deveria nascer dos Estados Unidos, onde devia haver mais revolução porque está mais desenvolvido industrialmente. Afinal, Revolução o que é? A Revolução não é um dogma.

Há condições específicas no nosso País: primeiro, 500 anos de colonização e repressão cruéis, que privaram as massas de uma cultura, de participação política. Segundo, isolamento imposto pelo colonialismo que privou as massas o benefício das experiências teóricas e práticas doutras lutas revolucionárias. Terceiro, uma massa camponesa em grande parte só marginalmente integrada numa economia de mercado e monetária. Quarto, uma indústria fraca, recente; inexistência duma grande indústria, duma indústria pesada. Quinto, classe operária muito recente, que data dos últimos 15 ou 20 anos, muito reprimida, pouca ou nula experiência organizativa, combativa, pois uma vez organizada define o combate, define o inimigo, define tácticas, define tarefas. Fraca consciência de classe.

Por isso, não é simplesmente mudar. Chegarmos ao Congresso — «vamos mudar». É preciso tomar em consideração estes factores todos e digeri-los. Com a guerra popular, com o processo de edificação das zonas libertadas, com o presente processo de intensificação da luta de classes, destruir a sabotagem, destruir o poder da burguesia colonial e local, destruir o Estado colonial-capitalista, edificar o nosso Estado, organizar a produção colectiva e as aldeias comunais.

O que é que conseguimos nestes catorze anos? Primeiro, trazer de uma maneira organizada milhões de homens para a luta política. Segundo, conseguimos, nestes catorze anos, educar uma massa de dois milhões nas zonas libertadas, no processo da luta política, luta de classes, participação política, poder popular, produção colectiva. Terceiro, formar uma vanguarda de responsáveis, quadros e combatentes, para assumir os interesses da classe operário-camponesa com uma prática rica de combate político e de classe que assume a prática e enriquece a essência da ideologia científica da nossa classe.

Como dissemos uma vez em Adis-Abeba, só há duas ideologias, não há mais: a ideologia capitalista, que é exploradora, e a outra é a ideologia científica. Quando nós dizemos científica, é para não criarmos confusão. Quando dizemos socialista estamos a criar confusão, pois há muitos caminhos, muitas direcções... Não, só existe o marxismo-leninismo. Alguns líderes dizem há muitas ideologias, mas nós continuamos firmes.

Este é o primeiro passo dum combate e dum processo. A larga frente popular é fundamental no nosso período histórico. Conduzindo as massas na batalha política e de classe, o embrião de vanguarda engrossar-se-á e formará uma vanguarda — uma vanguarda forjada, temperada e experiente. Isso tudo é um combate, é um processo. Não é automático. A evolução do combate determinará os saldos qualitativos das formas organizativas. Importa é o tipo de trabalho.

Nós estamos a criar, por exemplo, uma guerra, uma guerra de guerrilhas. Primeiro dizemos que há a guerra de guerrilhas, depois dizemos há zonas semilibertadas. Há zonas de guerrilhas, há zonas semilibertadas, há zonas libertadas. E tudo isso tem características. Porque se está a desenvolver o combate lá já é zona semilibertada, e de zona semilibertada já é zona libertada. Não, importa as características e o tipo de trabalho que está sendo realizado numa destas zonas.

PREPARAÇÃO DO 3.º CONGRESSO

O Terceiro Congresso está sendo preparado. Primeiro, pe-

la implantação das novas estruturas, ao nível dos círculos, ao nível das localidades, ao nível dos distritos, ao nível das províncias.

Multiplicam-se as reuniões explicativas da 8.ª Reunião do Comité Central que, simultaneamente, explicará os princípios orientadores, organizará os militantes e massas. Na segunda fase, que certamente começará em breve, funcionarão então diversas comissões que terão as seguintes tarefas: elaboração as teses do Congresso e organização um amplo debate sobre elas. Organizarão as massas para que nos diferentes níveis se proceda à selecção dos delegados, de quem deve ser delegado ao Congresso e como virá ao Congresso. Não é uma massa anónima, aglomerada, que se juntará neste Congresso. E essas comissões desencadearão uma ampla campanha de mobilização de massas, de explicação e apoio às teses do Terceiro Congresso.

Nós levámos teses ao Primeiro Congresso sobre a luta contra o colonialismo; quem devia ser membro não estava em causa. Era todo o nacionalista, todo aquele que quisesse combater contra o colonialismo. Isto permitiu-nos avançar, consolidar a FRELIMO e desencadear a luta armada.

E no processo da luta armada realizámos o Segundo Congresso da FRELIMO, com novas teses, sobre a guerra popular prolongada. O que significava guerra popular prolongada? Para nós era o purificador das ideias, o seleccionador dos quadros, e a via que nós devíamos seguir. Aí já dizíamos que era preciso possuir a ideologia científica, a ideologia das zonas libertadas. Aí já dizíamos que não se pode fazer uma luta armada revolucionária sem ideologia revolucionária, sem a teoria revolucionária.

Agora, este vai ser o Terceiro Congresso, em outras circunstâncias.

ASSEMBLEIAS POPULARES

Em cada escalão — localidade, distrito, província, nação — haverá uma assembleia que é o órgão supremo do poder do Estado nesse escalão. A assembleia dispõe de todos os poderes embora na prática o poder executivo seja exercido pelos Governos locais.

No Governo de localidade, Distrito, Província, Conselho de Ministros o poder judiciário será exercido pelos Tribunais Populares de diferentes escalões. As assembleias são órgãos supremos do poder do Estado, elas dirigem todos os órgãos estatais do seu escalão. Elas são órgãos do poder de classe, compostas por operários, camponesse, trabalhadores, combatentes.

A FRELIMO, como força dirigente da sociedade e do Estado, mobiliza e organiza as massas trabalhadoras, na es-

TELEFONES DA REDACÇÃO

REPORTAGEM (Directo) 23418

SERVIÇO GERAL 24081/2/3